

Empresários aceitam pacote com ressalvas

A principal reclamação é com relação ao aumento do Imposto sobre Produtos Industrializados, que afeta a produção

Ricardo Leopoldo
Da equipe do Correio

São Paulo — Líderes empresariais admitem que “é imprescindível” o pacote fiscal adotado pelo governo. Mas a maioria critica a elevação dos preços dos combustíveis e o aumento de impostos. A alternativa defendida por eles é o aumento de receitas por outras vias. Por exemplo: redução da sonegação fiscal.

Nelson Peixoto Freire, presidente da Associação Brasileira da Indústria de Elétrica e Eletrônica (Abinee), setor que deve faturar neste ano R\$ 36 bilhões, acredita que a meta do Executivo para a redução de despesas tem boas chances de ser alcançada.

“Seria melhor que essa receita extra viesse de outras fontes”, diz ele. “Somente 10% dos valores que são sonegados por ano equivalem aos R\$ 20 bilhões que estão em questão. É preciso maior fiscalização, do contrário será mantida a impunidade. No Brasil, o número de fiscais é dez vezes menor do que o existente em outros países, como Estados Unidos e França”.

Silvano Valentino, presidente da Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores (Anfa-

portações)”.
Para Nildo Masini, vice-presidente do Centro das Indústrias do Estado de São Paulo, o pacote do governo é “válido”. Porém, reflete “uma certa” inépcia do Executivo em aprovar junto ao Congresso as reformas constitucionais. “O governo está de segunda época. Não conseguiu colocar em prática em três anos as mudanças fiscais, tributárias e da Previdência. Agora foi obrigado a fazer cortes em um fim de semana devido à sangria cambial que ameaçava o país. O problema é que antes as decisões poderiam diminuir despesas sem afetar o ritmo da economia. Agora o crescimento do país poderá cair em 1998”, entende Masini.

Na avaliação da Associação Brasileira das Indústrias de Fundação (Abifa), mais que o pacote do governo, o golpe no fígado para o setor — que faturou R\$ 2,5 bilhões em 1996 — foi a elevação dos juros para 43% ao ano, determinada pelo Banco Central no final de outubro.

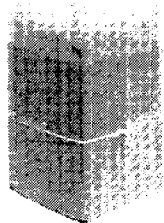
“Por causa dos problemas financeiros do país (poupança interna na faixa dos 16% do PIB) dependemos de capitais internacionais. Houve a crise e agora estamos usando remédios. Para boa

parte das mil empresas do ramo entraremos em uma recessão considerável”, comentou José Raya, presidente da entidade.

Max Schrappe, vice-presidente da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo, o pacote do governo é negativo, embora reconheça que é inevitável. “Tínhamos soluções mais sólidas que eram as reformas. Elas não foram feitas, paciência. Temos que lidar com soluções temporárias. Porém, isso produz desenvolvimento menor para o País. Além da sociedade ter menos acesso a educação, saúde e bem estar social, o próprio governo arrecada menos”, acredita Schrappe.

BALANÇA

Segundo ele, o aumento desse imposto é uma ação excessiva. “É um pacote bem bolado, mas o governo está induzindo a redução do nível de atividade da indústria”, afirma. Para Valentino, as medidas não contribuem para a estabilização dos resultados da balança comercial (diferença entre as exportações e im-



“O GOVERNO ESTÁ DE SEGUNDA ÉPOCA. NÃO CONSEGUIU COLOCAR EM PRÁTICA EM TRÊS ANOS AS MUDANÇAS FISCAIS, TRIBUTÁRIAS E DA PREVIDÊNCIA. AGORA FOI OBRIGADO A FAZER CORTES EM UM FIM DE SEMANA DEVIDO À SANGRIA CAMBIAL QUE AMEAÇAVA O PAÍS”

Nildo Masini
Vice-presidente do Centro das Indústrias do Estado de São Paulo